



# ALAP 2020

IX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Poblacion



9 a 11 diciembre

EL ROL DE LOS ESTUDIOS DE POBLACIÓN TRAS LA PANDEMIA DE COVID-19 Y  
EL DESAFÍO DE LA IGUALDAD EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

*Débora Borges Alves Rezende, CEDEPLAR/UFMG, deboraborges@cedeplar.ufmg.br*

*Maria Luiza Moreira Duarte, CEDEPLAR/UFMG, marialuizamoreiraduarte@gmail.com*

## **Caracterização da chefia de unidades de produção agrícola familiar por gênero: Análise de municípios mineiros marcados pela seca no ano de 2017**

### **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo observar e comparar unidades de produção agrícola familiar chefiadas por homens e mulheres, separadamente, e localizadas em municípios mineiros caracterizados pela deficiência de precipitações por um extenso período de tempo no ano de 2017, por meio das informações contidas no Censo Agropecuário brasileiro. Como resultados preliminares, observa-se que a chefia da agricultura familiar em regiões de seca em Minas Gerais é marcada pela (i) predominância masculina, (ii) pela maior participação daqueles em idade mais avançada, (iii) pela raça ou cor negra, (iv) pela baixa escolaridade e (v) que há diferenças de gênero na forma de obtenção da terra, assim como no tamanho da área obtida.

### **INTRODUÇÃO**

A convivência com longos períodos de estiagem está desenhando um cenário alarmante em Minas Gerais nos últimos anos. O fenômeno da convivência com a seca pode ser definido como a deficiência de precipitações por um extenso período de tempo, resultando em escassez hídrica (SOLH & GINKEL, 2014). De acordo com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC), até outubro de 2018, 86 municípios mineiros decretaram situação de emergência

por causa da seca e da estiagem extrema.<sup>1</sup> No ano de 2017, o Ministério da Integração Nacional reconheceu situação de emergência por seca em 151 municípios em Minas Gerais. A região do Norte de Minas, no ano de 2018, concentrou cerca de 78% das cidades em situação de seca (CEDEC, 2018), apesar de no ano de 2015 o governo de Minas Gerais ter lançado o Plano de Urgência para Enfrentamento da Seca para o território de desenvolvimento.

Através de dados do Cadastramento Único do governo federal - base nacional reconhecida como mapa de identificação de famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica (MDS, 2017, p. 10) - observa-se que em setembro de 2018, dentre os 125 municípios que apresentavam decretos de situação de emergência de seca ou estiagem com vencimentos em 2018 e 2019, 12.279 domicílios cadastrados nas localidades apresentavam outras formas de abastecimento de água, ou seja, não possuíam acesso à rede geral de distribuição, nascentes ou poços e cisternas. Dessa forma, pressupõe-se que o acesso à outra forma de abastecimento de água caracterizava-se pela insegurança e inconstância da água acessada.

**Tabela 01 – Formas de abastecimento de água de domicílios pertencentes aos 125 municípios mineiros que apresentavam decretos de situação de emergência de seca ou estiagem, com vencimentos em 2018 e 2019, e inscritos no CadÚnico no ano de 2018, por Território de Desenvolvimento<sup>2</sup>**

Território de Desenvolvimento	Rede Geral de Distribuição	Poço ou nascente	Cisterna	Outra Forma
Alto Jequitinhonha	7.966	4.716	363	401
Caparaó	1.631	497	88	10
Central	1.101	256	44	33
Médio e Baixo Jequitinhonha	52.725	18.670	2.837	2.876
Metropolitano	306	75	3	261
Mucuri	5.298	3.514	93	232
Noroeste	2.788	1.122	259	121
Norte	189.099	59.732	4.068	8.237
Oeste	7.181	384	265	17
Sul	380	155	13	-
Vale do Aço	11.730	586	778	68
Vale do Rio Doce	3.484	599	189	23
N	283.689	90.306	9.000	12.279

Fonte: Cadastramento Único para programas sociais do Governo Federal (2018).

<sup>1</sup> Fonte: Defesa Civil. No portal da Defesa Civil de Minas Gerais é possível encontrar a lista de municípios com decretos vigentes associados a desastres para o ano de 2018.

<sup>2</sup> O Decreto nº 46.774, de 9 de junho de 2015, determinou o conceito de Territórios de Desenvolvimento. A partir desse, reconheceu-se que o estado de Minas Gerais deveria ser dividido em 17 regiões, levando em consideração os aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e geográficos de cada área.

Através da Tabela 01, identifica-se que os territórios de desenvolvimento Norte e Médio e Baixo Jequitinhonha apresentaram o maior número de vulneráveis sem acesso adequado à água e que as regiões Sul e Caparaó detiveram os menores valores. Como dito no início desse documento, a região Norte é caracterizada pela alta convivência com a seca e que, apesar de ações governamentais já terem sido direcionadas para a região, o quadro de vulnerabilidade tem se mantido ao longo dos anos.

Sabe-se, que a seca prolongada, assim como a estiagem extrema, afeta diretamente a segurança alimentar, uma vez que a oferta de alimentos pode ser reduzida frente a baixa produtividade dada pelo não acesso à água. Ademais, reconhece-se que famílias utilizam de recursos hídricos para produção de alimentos para o próprio consumo. Em uma perspectiva produtiva, o baixo acesso à recursos hídricos afeta principalmente produtores familiares em áreas rurais, que, em grande parte, não apresentam acesso a tecnologias para superação dos desafios gerados pela convivência com a seca (SANTANA, *et al.*, 2012), havendo assim perdas na produção agrícola e agropecuária para esse grupo. Além disso, alterações na dinâmica social são dadas frente a necessidade de busca de água. Mulheres e crianças são os mais afetados nesse cenário, pois são os que mais se deslocam na busca por água para consumo e utilização domiciliar (FAO, 2013).

Através de uma perspectiva de gênero, afirma-se que as mulheres no campo, assim como nos centros urbanos, em sua grande maioria levam uma jornada dupla ou até tripla de trabalho. Além de realizarem atividades fora de casa na produção agrícola, como plantação, colheita, criação de animais, as mulheres são responsáveis pelo trabalho doméstico e cuidados com os filhos. O trabalho das mulheres na agricultura é visto muitas vezes apenas como “ajuda”, mesmo quando realizam a mesma atividade que os homens (PAULINO, 1987), o que impede que as próprias reconheçam sua importância. Partindo das expressões das relações de gênero, alega-se que a divisão entre o trabalho produtivo e trabalho reprodutivo (associados ao trabalho remunerado e o não remunerado), ocasiona a invisibilidade e desvalorização do trabalho das mulheres. Nas palavras de Di Sabatto *et al* (2009, p. 18):

Os homens são destinados prioritariamente às atividades vinculadas à esfera produtiva, enquanto as mulheres à esfera reprodutiva, e ao mesmo tempo em que há uma maior valorização do trabalho masculino e eles exercem as atividades de maior valor agregado. Essa formulação permite abordar a relação entre produção e reprodução, explica a simultaneidade das mulheres nos trabalhos produtivo e reprodutivo e sua exploração diferenciada no mundo produtivo e no trabalho assalariado.

Adicionalmente, apesar de seu importante papel na produção de alimentos, as mulheres nos espaços rurais frequentemente enfrentam restrições específicas no acesso aos recursos produtivos, serviços e informações essenciais para a produção familiar sustentável. Por exemplo, as mulheres rurais geralmente são menos envolvidas que os homens em cooperativas e organizações de agricultores (FAO, 2019, p. 60). Como resultado, essas mulheres têm acesso limitado a instalações de processamento, tecnologias e mercados, o que pode prejudicar a produtividade familiar chefiada e organizada por mulheres em relação àquelas coordenadas por homens (FAO, 2019). Frente ao contexto de seca, essas assimetrias são intensificadas, uma vez que muitas mulheres produtoras podem não ter o acesso adequado à recursos hídricos, por mediações de tecnologias, em momentos de escassez.

Diante das questões aqui expostas, o presente projeto se dispõe a observar e comparar unidades de produção agrícola familiar chefiadas por homens e mulheres, separadamente, para o ano de 2017, por meio das informações contidas no Censo Agropecuário brasileiro. Limita-se à análise aos 124 municípios mineiros que decretaram situação de emergência de seca ou estiagem com vencimentos em 2018 ou 2019. Dessa forma, busca-se reconhecer assimetrias produtivas dadas por questões de gênero e que são agravadas frente ao contexto de deficiência de precipitações por um extenso período de tempo.

## MÉTODO E RESULTADOS

Utilizado do Censo Agropecuário de 2017 para analisar descritivamente a chefia dos estabelecimentos da agricultura familiar, observa-se que das 100.083 propriedades em estudo, 77,85% foram chefiadas por homens e 22,15% por mulheres. Sabe-se também que 36,51% do pessoal ocupado em estabelecimentos da agricultura familiar, nas regiões de seca em análise, eram mulheres e 63,49% homens.

Através da Tabela 02, observa-se que a chefia da agricultura familiar, nas regiões de seca em análise, é caracterizada pela predominância masculina, sendo esses homens, em sua maioria, maiores de 35 anos de idade e havendo uma contribuição significativa daqueles entre 55 e 64 anos.

**Tabela 02 - Número de estabelecimentos da agricultura familiar, dirigidos pelo produtor, por sexo, grupo etário e raça ou cor, 2017**

Grupo Etário	Raça ou cor	Homens	Mulheres
Menores de 25 anos	Brancos	132 (25,01%)	74 (22,20%)
	Negros	382 (72,49%)	236 (70,87%)
	Amarelos	1 (0,19%)	3 (0,90%)
	Indígenas	12 (2,28%)	20 (6,01%)
N		527	333
De 25 a menos de 35 anos	Brancos	885 (23,00%)	304 (20,20%)
	Negros	2.862 (74,37%)	1.151 (76,53)
	Amarelos	24 (0,62%)	5 (0,33%)
	Indígenas	77 (2,01%)	44 (2,93%)
N		3.848	1.504
De 35 a menos de 45 anos	Brancos	2.565 (25,10%)	606 (21,56%)
	Negros	7.507 (73,30%)	2.159 (76,81%)
	Amarelos	35 (0,34%)	9 (0,32%)
	Indígenas	135 (1,32%)	37 (1,32%)
N		10.210	2.811
De 45 a menos de 55 anos	Brancos	4.547 (26,53%)	959 (22,60%)
	Negros	12.376 (72,22%)	3.231 (76,13%)
	Amarelos	61 (0,36%)	15 (0,35%)
	Indígenas	153 (0,89%)	39 (0,92%)
N		17.137	4.244
De 55 a menos de 65 anos	Brancos	5.676 (27,39%)	1.345 (23,54%)
	Negros	14.838 (71,59%)	4.309 (75,41%)
	Amarelos	76 (0,37%)	18 (0,32%)
	Indígenas	136 (0,66%)	42 (0,74%)
N		20.726	5.714
De 65 a menos de 75 anos	Brancos	5.201 (30,89%)	1.300 (28,10%)
	Negros	11.486 (68,20%)	3.283 (70,89%)
	Amarelos	52 (0,31%)	12 (0,26%)
	Indígenas	102 (0,61%)	36 (0,78%)
N		16.841	4.631
De 75 anos e mais	Brancos	3.019 (35,13%)	978 (33,38%)
	Negros	5.512 (64,13%)	1.932 (65,94%)
	Amarelos	29 (0,34%)	7 (0,24%)
	Indígenas	35 (0,41%)	13 (0,44%)
N		8.595	2.930

Fonte: SIDRA, 2020

Em valores absolutos menores, mulheres seguem a mesma distribuição etária. Acerca da distribuição racial, reconhece-se que em todos os grupos etários, tanto para homens quanto para mulheres, a indicação da raça ou cor negra é maior em relação às demais categorias. Contudo, excetuando para o grupo etário menor de 25 anos, o percentual de mulheres negras é um pouco maior ao dos homens. Além disso, apesar de ser um grupo pouco representativo, o número de indígenas, percentualmente, cresce entre os grupos etários mais jovens, especialmente entre as mulheres.

**Tabela 03 - Escolaridade dos produtores da agricultura familiar que dirigem algum estabelecimento e que concluíram o curso que frequentaram, por raça ou cor, sexo, 2017**

Nível Educacional	Brancos		Negros		Indígenas		Amarelos	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
CA, AJA, Antigo	757	3.775	1.822	7.454	6	18	13	40
Primário	(41,07%)	(46,82%)	(46,17%)	(51,25%)	(16,22%)	(25,35%)	(35,14%)	(37,74%)
Ensino	417	1.766	919	3.367	6	18	16	30
Fundamental	(21,91%)	(21,91%)	(23,29%)	(23,15%)	(16,22%)	(25,35%)	(43,24%)	(28,30%)
	474	1.939	1.000	3.194	23	28	7	30
Segundo Grau	(25,72%)	(24,05%)	(25,34%)	(21,96%)	(62,16%)	(39,44%)	(18,92%)	(28,30%)
Superior e/ou	195	582	205	530	2	7	1	6
Pós-Graduação	(10,58%)	(7,22%)	(5,20%)	(3,64%)	(5,41%)	(9,86%)	(2,70%)	(5,66%)
	1.843	8.062	3.946	14.545	37	71	37	106
Total	(100%)	(100%)	(100%)	(100%)	(100%)	(100%)	(100%)	(100%)

Fonte: SIDRA, 2020

Já através das informações contidas na Tabela 03, observa-se que os dirigentes da agricultura familiar que concluíram o curso que frequentaram, nas regiões em análise, possuem, em sua maioria, o ensino a instrução primária, sendo mulheres e, especialmente, homens negros aqueles que detiveram a maior porcentagem dessa declaração. Em termos relativos, excetuando aqueles declarados amarelos, mulheres apresentam um maior nível educacional, sendo esse diferencial entre sexos maior entre negros e indígenas.

**Tabela 04 - Forma de aquisição da terra, por sexo dos produtores proprietários, 2017**

	Compra de particular	Herança ou Doação	Titulação ou licença de ocupação por reforma agrária	Outras Formas	Não sabe	Total	
<b>Homens</b>	46,92%	45,59%	1,81%	5,48%	0,20%	100%	N = 78.445
<b>Mulheres</b>	32,50%	59,45%	1,57%	6,22%	0,26%	100%	N = 21.009

Fonte: SIDRA, 2020

Conforme mostra a Tabela 04, os homens produtores proprietários da agricultura familiar, na região investigada na pesquisa, obtiveram a terra principalmente através da compra particular e da herança ou doação. Em contrapartida, a principal forma das mulheres produtoras

proprietárias da agricultura familiar terem acesso à propriedade da terra foi por meio da herança. Estas informações sugerem diferenças de gênero na forma de aquisição da terra. As mulheres agricultoras podem estar submetidas a recursos financeiros limitados em comparação aos homens.

O estudo de Deere & Léon (2003) sobre as diferentes maneiras pelas quais a propriedade da terra é adquirida em alguns países latino-americanos, incluindo o Brasil, demonstra que apesar dos homens, em termos absolutos, serem privilegiados na herança da terra, a prática da herança é relativamente mais importante para as mulheres acessaram à propriedade do que para os homens. Além disso, há uma maior probabilidade dos homens obterem sucesso no mercado fundiário do que as mulheres. Segundo Deere & Léon (2003), isto pode ocorrer devido à discriminação de gênero na compra de propriedades. Ademais, como mostra a Tabela 05, os homens dirigentes dos estabelecimentos da agricultura familiar tendem a ter a área total do estabelecimento maior do que as mulheres.

**Tabela 05 - Grupos de área total dos estabelecimentos da agricultura familiar, por sexo da pessoa dirigente do estabelecimento, 2017**

<b>Grupos de área total</b>	<b>Homens (%)</b>	<b>Mulheres (%)</b>
Mais de 0 a menos de 1 ha	3,22	6,97
De 1 a menos de 4 ha	17,97	30,64
De 4 a menos de 5 ha	4,68	6,34
De 5 a menos de 10 ha	15,58	16,33
De 10 a menos de 20 ha	17,82	14,85
De 20 a menos de 50 ha	23,50	15,84
De 50 a menos de 100 ha	10,73	5,77
De 100 a menos de 200 ha	5,05	2,28
De 200 a menos de 500 ha	0,82	0,39
Produtor sem área	0,64	0,60
N = 77.916		N = 22.167

Fonte: SIDRA, 2020

## **CONCLUSÕES**

Conclui-se que, a chefia da agricultura familiar em regiões de seca em Minas Gerais é caracterizada pela (i) predominância masculina, (ii) pela maior participação daqueles em idade mais avançada, (iii) pela raça ou cor negra, (iv) pela baixa escolaridade e (v) que há diferenças de gênero na forma de obtenção da terra, assim como na área obtida. Sabe-se que a expansão educacional brasileira ocorreu principalmente nos anos de 1990 (MARCHELLI, 2010), dessa forma, por já terem uma certa idade, grande parte daqueles que chefiam as propriedades

agrícolas familiares podem não ter tido acesso à níveis educacionais mais elevados. Além disso, reconhece-se que o acesso à terra é o que assegura a produção dos agricultores e agricultoras. Conforme sugerem os dados apresentados acima, as mulheres podem possuir um capital financeiro menor do que os homens para comprar a propriedade, além de sofrerem discriminação no mercado fundiário, dependendo principalmente da herança para acessar à terra. Ademais, as mulheres tendem, em média, ter propriedades menores do que os homens, o que pode levar, por consequência, a uma menor capacidade produtiva. Sabe-se que diante da seca ou escassez da água, a produção agrícola torna-se comprometida, prejudicando a sobrevivência dos indivíduos da região. Frente à esse cenário mulheres com menores capacidades produtivas podem ser mais afetadas que os homens.

## **AGRADECIMENTOS**

As autoras agradecem às agências brasileiras de fomento pelo suporte dado na produção deste artigo: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG).

## **BIBLIOGRAFIA**

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. “Manual de Gestão do Cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal”. Governo Federal, 2017.

DEERE, C.D.; LÉON, M. Diferenças de gênero em relação a bens: a propriedade fundiária na América Latina. *Sociologias*, n.10, p.100-153, 2003.

DI SABATTO, A. et al. Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres. Imprenta: Brasília, MDA, 2009.

FAO. The State of Food and Agriculture 2019. Moving forward on food loss and waste reduction. Rome. Licence: CC BY-NC-SA 3.0 IGO.

FAO. Investigación del género y cambio climático en la agricultura y la seguridad alimentaria para el desarrollo. Segunda edición, julio 2013.

FONTES, L. “Norte de Minas concentra 78% das cidades em situação de seca”. *O Tempo*, 2018. Link acessado em 10 de março de 2020 <<https://www.otempo.com.br/cidades/norte-de-minas-concentra-78-das-cidades-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-seca-1.2032168>>

MARCHELLI, P.S. Expansão e qualidade da educação básica no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, v.40, n.140, p. 561-585, maio/ago. 2010

PAULILO, M.I. “O peso do trabalho leve” in *Revista Ciência Hoje*, vol.5, n.5, jan/fev, 1987.

SANTANA, V. L.; ARSKY, I. C.; SOARES, C. C. S. “Democratização do acesso à água e desenvolvimento local: a experiência do Programa Cisternas no semiárido brasileiro”. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos. IPEA, 2011.

SOLH, M.; GINKEL, M. Drought preparedness and drought mitigation in the developing world's drylands. Weather and Climate Extremes, v.3, n.1, p. 62-66, 2014.